

**MARCUS ABRAHAM**

Curso de  
**DIREITO  
FINANCEIRO  
BRASILEIRO**

Prefácio do Ministro Luiz Fux

**6<sup>a</sup>**  
edição revista,  
atualizada  
e ampliada



- O autor deste livro e a editora empenharam seus melhores esforços para assegurar que as informações e os procedimentos apresentados no texto estejam em acordo com os padrões aceitos à época da publicação, e todos os dados foram atualizados pelo autor até a data de fechamento do livro. Entretanto, tendo em conta a evolução das ciências, as atualizações legislativas, as mudanças regulamentares governamentais e o constante fluxo de novas informações sobre os temas que constam do livro, recomendamos enfaticamente que os leitores consultem sempre outras fontes fidedignas, de modo a se certificarem de que as informações contidas no texto estão corretas e de que não houve alterações nas recomendações ou na legislação regulamentadora.
- Fechamento desta edição: 04.09.2020
- O Autor e a editora se empenharam para citar adequadamente e dar o devido crédito a todos os detentores de direitos autorais de qualquer material utilizado neste livro, dispondo-se a possíveis acertos posteriores caso, inadvertida e involuntariamente, a identificação de algum deles tenha sido omitida.
- **Atendimento ao cliente: (11) 5080-0751 | faleconosco@grupogen.com.br**
- Direitos exclusivos para a língua portuguesa  
Copyright © 2021 by  
**Editora Forense Ltda.**  
*Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional*  
Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar  
Rio de Janeiro – RJ – 20040-040  
www.grupogen.com.br
- Reservados todos os direitos. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, em quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição pela Internet ou outros), sem permissão, por escrito, da Editora Forense Ltda.
- Capa: Stephanie Rodrigues Matos / Rodrigo Lippi
- A Editora Forense passou a publicar esta obra a partir da 3.ª edição.
- **CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE.**  
**SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.**

Abraham, Marcus

Curso de direito financeiro brasileiro / Marcus Abraham. – 6. ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2021.

Inclui bibliografia  
ISBN 978-85-309-9009-1

1. Direito financeiro – Brasil. 2. Finanças públicas – Brasil. I. Título.

20-62733

CDU: 347.73(81)

Vanessa Mafra Xavier Salgado – Bibliotecária – CRB-7/6644

# SUMÁRIO

<b>Introdução</b> .....	XXV
<b>Parte I – Noções Gerais</b> .....	1
<b>Capítulo 1 – Estado, finanças públicas e atividade financeira</b> .....	3
1.1. Introdução à atividade financeira.....	4
1.2. Evolução do Estado, das finanças públicas e da atividade financeira .....	9
1.3. Conceito de atividade financeira.....	23
1.4. Natureza e funções da atividade financeira .....	25
1.5. Ciência das finanças.....	28
1.6. Direito Financeiro como ordenamento jurídico e como ciência.....	31
1.7. Autonomia do Direito Financeiro e sua relação com outras disciplinas .....	33
1.8. Direito Financeiro e Direito Tributário .....	37
1.9. Poder financeiro do Estado.....	43
1.10. Federalismo fiscal brasileiro.....	45
1.11. Cidadania fiscal .....	63
1.12. Educação fiscal .....	67
<b>Capítulo 2 – Constituição financeira e sistemas tributário e orçamentário</b> ..	71
2.1. Noções gerais sobre a Constituição Financeira.....	71
2.2. Direito Constitucional Financeiro .....	73
2.3. Competência normativa financeira na Constituição.....	74
2.4. Hipóteses de intervenção financeira na Constituição .....	78
2.5. Fiscalização financeira na Constituição .....	80
2.6. Constituição tributária e orçamentária .....	81
2.7. Constituições financeiras estaduais e leis orgânicas municipais.....	82

<b>Capítulo 3 – Fontes do Direito Financeiro</b> .....	85
3.1. Fontes materiais e formais.....	85
3.2. Normas gerais em matéria financeira.....	86
3.3. Normas específicas em matéria financeira.....	92
3.4. Controle de constitucionalidade e de legalidade das normas financeiras .....	93
 <b>Parte II – Receita Pública, Crédito Público e Despesa Pública</b> .....	 99
<b>Capítulo 4 – Receita pública</b> .....	101
4.1. Entradas e receitas públicas.....	102
4.2. Espécies de receitas públicas .....	103
4.3. Receitas públicas ordinárias e extraordinárias .....	117
4.4. Receitas públicas fiscais e extrafiscais.....	118
4.5. Receitas públicas originárias e derivadas .....	121
4.6. Receitas públicas orçamentárias e extraorçamentárias .....	125
4.7. Receitas públicas efetivas e não efetivas .....	126
4.8. Receitas públicas por transferências intergovernamentais .....	126
4.9. Receitas públicas tributárias transferidas.....	130
4.10. Receitas dos preços públicos.....	140
4.11. Receitas públicas na Lei nº 4.320/1964.....	143
4.12. Estágios da receita pública.....	144
4.13. Instituição, cobrança e renúncia das receitas públicas .....	145
4.14. Fundos especiais e receitas públicas.....	146
4.15. Receita pública e dívida ativa.....	152
4.16. Outras classificações das receitas públicas .....	154
4.17. Desvinculação das receitas da União (DRU), dos Estados e Distrito Federal (DRE) e dos Municípios (DRM).....	155
 <b>Capítulo 5 – Receitas tributárias e direitos fundamentais</b> .....	 159
5.1. Direitos humanos fundamentais e tributação .....	160
5.2. Justiça tributária.....	162
5.3. O dever fundamental de pagar tributos.....	166
5.4. Sistema Tributário Nacional.....	171
5.5. Impostos .....	174

5.6.	Taxas.....	180
5.7.	Empréstimos compulsórios.....	182
5.8.	Contribuições.....	183
<b>Capítulo 6 – Crédito público.....</b>		<b>195</b>
6.1.	Conceito de crédito público.....	195
6.2.	Evolução histórica e econômica do crédito público.....	197
6.3.	Crédito público como instrumento de intervenção.....	199
6.4.	Crédito público como fonte de receitas públicas.....	200
6.5.	Efeitos econômicos do crédito público.....	202
6.6.	Classificação do crédito público.....	203
6.7.	Crédito público na legislação brasileira.....	204
6.8.	Títulos de crédito públicos.....	206
6.9.	Dívida pública.....	209
<b>Capítulo 7 – Despesa pública.....</b>		<b>213</b>
7.1.	Conceito de despesa pública.....	213
7.2.	Características das despesas públicas.....	214
7.3.	Efeitos na economia das despesas públicas.....	216
7.4.	Natureza da determinação das despesas públicas.....	219
7.5.	Classificação das despesas públicas.....	223
7.6.	Despesas públicas constitucionalmente previstas.....	228
7.7.	A judicialização das despesas públicas.....	230
7.8.	O procedimento para a realização das despesas públicas.....	242
7.9.	Restos a pagar.....	244
7.10.	Despesas públicas na Lei de Responsabilidade Fiscal (L.C nº 101/2000).....	247
7.11.	Pagamento de despesas públicas de origem judicial: o precatório.....	248
7.12.	Corrupção com efeito de despesa pública.....	263
7.13.	O regime fiscal do teto dos gastos públicos.....	265
<b>Parte III – Contabilidade Pública e Direito Financeiro.....</b>		<b>271</b>
<b>Capítulo 8 – Contabilidade pública.....</b>		<b>273</b>
8.1.	Conceito, objeto e finalidade da contabilidade pública.....	273

8.2.	Distinções entre a contabilidade pública e a contabilidade empresarial.....	276
8.3.	Normas da contabilidade pública.....	277
8.4.	Usuários da contabilidade pública .....	279
8.5.	Aspectos da contabilidade aplicada ao setor público.....	283
8.6.	Principais conceitos da contabilidade pública.....	283
8.7.	Princípios da elaboração e divulgação da informação contábil aplicada ao setor público .....	290
8.8.	Plano de contas aplicado ao setor público (PCASP).....	291
<b>Parte IV – Orçamento Público .....</b>		<b>295</b>
<b>Capítulo 9 – Noções gerais do orçamento público .....</b>		<b>297</b>
9.1.	História do orçamento público.....	297
9.2.	Orçamento público no Brasil após a Constituição Federal de 1988 .....	302
9.3.	Conceito de orçamento público.....	304
9.4.	Aspectos do orçamento público .....	306
9.5.	Espécies de orçamento público.....	307
9.6.	Natureza jurídica do orçamento público.....	309
9.7.	Orçamento público no direito comparado.....	314
9.8.	O pacto orçamental europeu.....	320
9.9.	Recomendações de boas práticas orçamentais da OCDE.....	323
<b>Capítulo 10 – Elaboração e execução do orçamento público .....</b>		<b>329</b>
10.1.	Princípios orçamentários.....	329
10.2.	As leis orçamentárias.....	347
10.3.	Processo legislativo das leis orçamentárias .....	353
10.4.	Créditos orçamentários.....	360
10.5.	Orçamento participativo .....	361
10.6.	Orçamento impositivo e autorizativo .....	369
10.7.	Ciclo orçamentário.....	381
<b>Capítulo 11 – Controle do orçamento público.....</b>		<b>383</b>
11.1.	Acompanhamento, fiscalização e controle do orçamento público ....	383
11.2.	Princípios da atividade de controle.....	385

11.3. Aspectos e modalidades de fiscalização do orçamento público ...	386
11.4. Espécies de controle do orçamento público.....	387
11.5. Tribunal de Contas e Conselho de Contas.....	392
<b>Parte V – Responsabilidade Fiscal.....</b>	<b>403</b>
<b>Capítulo 12 – Desenvolvimento da responsabilidade fiscal no Brasil .....</b>	<b>405</b>
12.1. A Lei de Responsabilidade Fiscal: Lei Complementar nº 101/2000 .....	406
12.2. Influências externas na elaboração da Lei de Responsabilidade Fiscal.....	408
12.3. Influências internas na elaboração da Lei de Responsabilidade Fiscal.....	410
12.4. Implementação da Lei de Responsabilidade Fiscal.....	412
12.5. A Lei de Responsabilidade Fiscal e a Lei nº 4.320/1964.....	417
<b>Capítulo 13 – Lei de Responsabilidade Fiscal .....</b>	<b>421</b>
13.1. Objetivos e características da Lei de Responsabilidade Fiscal....	421
13.2. Destinatários da Lei de Responsabilidade Fiscal.....	424
13.3. Cidadania e transparência.....	426
13.4. Equilíbrio fiscal .....	430
13.5. Planejamento orçamentário .....	431
13.6. Execução orçamentária.....	434
13.7. Das receitas e despesas em geral.....	436
13.8. Das renúncias de receitas e os incentivos fiscais .....	441
13.9. Das despesas de pessoal.....	444
13.10. Das despesas com a seguridade social .....	448
13.11. Transferências voluntárias e destinação de recursos para o setor privado .....	448
13.12. Dívida pública, endividamento e operações de crédito.....	452
13.13. Regime de recuperação fiscal.....	460
13.14. Calamidade pública e seus efeitos na aplicação da LRF.....	464
<b>Capítulo 14 – Sanções de responsabilidade fiscal.....</b>	<b>469</b>
14.1. Sanções institucionais na Lei de Responsabilidade Fiscal.....	470
14.2. Sanções pessoais de natureza política, administrativa ou penal...	473

**XXIV** | CURSO DE DIREITO FINANCEIRO BRASILEIRO – *Marcus Abraham*

14.3. Crimes contra as finanças públicas .....	476
14.4. Dos crimes de responsabilidade .....	481
14.5. Dos atos de improbidade administrativa .....	484
14.6. Das infrações administrativas .....	487
<b>Bibliografia</b> .....	489